

ESTADO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O ENSINO MÉDIO NO CEARÁ

ANA CAROLINA VERAS DO NASCIMENTO

Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: Karolzinha033@yahoo.com.br

FRANCISCO AMISTARDAM SOARES SILVA

Universidade Federal do Ceará. E-mail: amisterdam17@yahoo.com.br

Introdução

Neste artigo interessa-nos analisar a política de educação profissional para o ensino médio implantadas no estado do Ceará no governo de Cid Ferreira Gomes. Expõe um esforço de compreender as relações estabelecidas entre o Estado e a educação, com a preocupação central de apresentar os rumos na formação do trabalhador.

Iniciaremos nossa pesquisa, considerando essencial para a compreensão do que se propõe, apresentar as mudanças centrais ocorridas no Estado no bojo das relações capitalistas, principalmente em virtude da crise de 70, com a inserção das idéias neoliberais e das mudanças no modelo de produção, trazendo a flexibilização para o interior das relações do mercado de trabalho. Após esta apresentação apontaremos o papel que o Estado exerce na educação brasileira, para em seguida, apresentar os principais rumos das políticas de educação profissional no ensino médio no Estado do Ceará. Cabe, contudo, desde já esclarecer que adotamos o termo Estado embasado pelo método materialista histórico na concepção apresentada por Marx e Engels, e traduzida em obra por Lênin. Na qual afirma:

O Estado é o produto e a manifestação do caráter inconciliável das contradições de classe. O Estado surge precisamente onde, quando e na medida em que as contradições de classe objetivamente não podem ser conciliadas. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis. (LENIN, 1983, p.15)

Para Lênin (1983) somente a partir de uma profunda análise histórica feita por Marx e Engels sobre as relações sociais estabelecidas pelo homem tanto no interior do modo de produção capitalista, como também nos modos escravista e feudalista, foi apresentada a conclusão que o Estado é um órgão de dominação de uma classe sobre a outra. A existência dele ocorre exatamente para garantir essa dominação. Portanto, as ações implementadas pelo Estado ocorrerá em benefício da classe social que se encontra no poder.

A partir da compreensão leninista de Estado, cabe ressaltar que este sofre influência direta das modificações ocorridas no interior do sistema capitalista. Podendo, por esse motivo reajustar o seu papel, como mecanismo encontrado para manter sua dominação de classe.

Para alcançar esse objetivo faremos uma análise histórica crítica a fim de reconhecer as mudanças ocorridas no seio do Estado capitalista e a sua repercussão na educação. A metodologia adotada está embasada no materialismo histórico, que pretende expor reflexões críticas sobre as atuais propostas de políticas de educação profissional para o ensino médio no Estado do Ceará. Para subsidiar a análise utilizaremos o método de estudo bibliográfico e à análise documental.

O estado neoliberal e a relação capital/trabalho

O sistema capitalista fundamenta-se num emaranhado de contradições, pois ao mesmo tempo em que é capaz de desenvolver em extraordinário grau as forças produtivas,¹ nos momentos de crises, é forçado a destruir uma grande parcela dessas forças produtivas entre elas citaremos força de trabalho.

¹ Segundo Marx, na sua famosa obra “O capital” forças produtivas corresponde a combinação dos meios de produção, ou seja, os instrumentos e objetos de trabalho como a terra, as ferramentas, máquinas, etc. ; com a força de trabalho, que corresponde a força humana.

Segundo Marx (2002) as crises existentes no capitalismo são reflexo da sua própria estruturação, da busca desenfreada pelo lucro. Dessa forma, não é de hoje que o sistema capitalista passa por crises, porém, a título de melhor compreensão do nosso objeto de pesquisa, buscaremos apresentar a crise ocorrida a partir de 1970.²

Segundo Antunes (2009) para compreendermos as relações sociais estabelecidas na sociedade atual é essencial a compreensão do papel da crise ocorrida a partir da década de 70, pois as transformações encontradas pelos teóricos defensores do capital repercutiram diretamente na função do Estado e no “*modo de ser*” do trabalhador. É o que aponta a análise abaixo:

Foi iniciado um processo de reordenação do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal [...] a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho [...]. (ANTUNES, 2009 p.33)

Dentro desse processo de crise, observamos que a resposta encontrada se deu através da retomada das discussões apresentadas por Hayek (2010) e Friedman (1980) sobre a necessidade de um novo papel e uma nova forma de intervenção do Estado, nesse contexto são consideradas as idéias neoliberais.

Os ideais neoliberais apontam o Estado interventor como um dos responsáveis pela crise ocorrida na década de 70, uma vez que este cumpriu uma séria de papéis que não eram seus, causando dessa forma um inchaço na própria estrutura, com uma valorização do setor público, o que acarretou a ineficiência do sistema. Dessa forma, foi estabelecida a defesa do Estado Mínimo.

² Segundo Antunes (2009) as principais razões que ocasionaram a crise foram: a) queda da taxa de lucro, b) esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, c) hipertrofia da esfera financeira, d) maior concentração de capitais, e) crise do Welfare State e f) incremento acentuado das privatizações.

É importante destacar que esse ideal não foi implantado nem da mesma forma, nem no mesmo período em todos os países. Segundo Boito Jr. (1999) os países imperialista exigiam “liberalização do comércio exterior” e a privatização das empresas estatais nos países de economia atrasada.

No Brasil observamos que tais medidas “neoliberais” ocorreram por meio da abertura comercial, da privatização dos bens e serviços estatais, da desregulamentação financeira e da flexibilização do trabalho. Tais medidas começaram a ser implantadas no governo de Collor de Mello, passando pelo de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (NEVES, 2002). Consideramos também uma continuidade dessas medidas nos governos de Luiz Inácio e Dilma Rousseff.³

Dentro do “mercado de trabalho” o ideário neoliberal também acarretou uma série de mudanças, como apontado por Antunes:

Seu impacto se sente no resultado: menos industrializante e mais voltado para os serviços, menos orientado para a produção e mais financeiro, menos coletivista e mais individualizado, mais desregulamentado e menos contratualista, mais flexível e menos “rígido” nas relações entre capital e trabalho, mais fundamentado no *laissez-faire*, no monetarismo, e totalmente contrário ao estatismo nacionalizante da fase trabalhista. (ANTUNES, 2009, p.69)

A lógica destrutiva do capital vem ocasionando nos últimos anos o que Ricardo Antunes denomina *desemprego estrutural*, fenômeno próprio do sistema capitalista, mas intensificado a partir dos anos 70, promovido pela reestruturação produtiva e a revolução técnico-científica.

A reestruturação produtiva ocorreu por meio da valorização do modelo de acumulação flexível em detrimento do padrão de acu-

³ Foi o marco de uma conferência em Washington, nos Estados Unidos em 1989. Na qual foi deliberada uma série de políticas para solucionar a crise econômica dos países da América Latina. Ficou conhecido como Consenso de Washington.

mulação taylorista/fordista. Segundo Antunes (2009) a aplicação desse modelo assegura ao capitalista uma alta lucratividade sem aumentar o contingente de trabalhadores, através do investimento tecnológico e do disciplinamento da força de trabalho o que promove uma intensificação do ritmo produtivo dentro do mesmo tempo de trabalho.

Dentro desse processo de intensificação da força de trabalho detectamos que uma vasta parcela de trabalhadores se coloca fora do processo produtivo, aumentando dessa forma, o exercito de reserva ⁴ necessário e benéfico ao sistema. Entretanto, essa força de trabalho em grande escala acaba se tornando um problema ao sistema capitalista, uma vez que pode ser uma ameaça potencial a estabilidade política e econômica.

O papel do estado nas políticas educacionais

Em virtude das mudanças ocorridas tanto no âmbito do Estado como também no mercado de trabalho acarretando o desemprego estrutural é importante destacar, como observado por Leher (1998) a influência que os organismos multilaterais, representantes do interesse do capital, passaram a ter nos países de economia atrasada, principalmente com o objetivo de “alívio da pobreza”.⁵

Leher (1998) destaca a forte influência do Banco Mundial nas diretrizes da educação. Afirma que o organismo impõe uma

⁴ [...] uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação [...] essa superpopulação torna-se, por sua vez a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência (Existenzbedingung) do modo de produção capitalista (MARX, 1984a, p. 200; MARX, 1968, p. 661). Para Coggiola (2001) o desemprego é um processo social, causado pela adoção das novas tecnologias da automação, pois os avanços técnicos científicos estão a serviço da reprodução do capital.

⁵ É importante destacar o debate levantado por Afonso (2001) sobre o esvaziamento do papel do Estado no contexto neoliberal, o que acarretou a emergência de novas organizações e a influencia de outras já existentes nas instancias de regulação supranacional.

série de reformas que deve ser realizada no campo educacional, levando a lógica empresarial, a ideologia de segurança e da construção do consenso. O discurso do Banco aponta para o incentivo da sustentabilidade financeira das instituições de ensino, ou seja, retirando o papel do Estado no financiamento da educação.

Não podemos negar que as propostas do Banco Mundial para a educação estão situadas no contexto de estruturação do capital, principalmente no ideário neoliberal. Dentro disso, queremos destacar o incentivo de políticas de “alívio da pobreza”. De acordo com Ugá (2004) o Banco Mundial, recomenda aos países de capitalismo atrasado como estratégia de enfrentamento das conseqüências sociais advindas do neoliberalismo, dentro delas podemos citar o aumento do desemprego, as políticas de “alívio da pobreza”.

A primeira das estratégias de redução da pobreza (a) tenta identificar políticas que estimulem a criação de novas oportunidades econômicas para que os pobres possam obter rendimentos [...]

Assim, a segunda estratégia de combate à pobreza proposta pelo Banco Mundial refere-se à necessidade de o governo prestar serviços sociais – educação e saúde – aos pobres. [...]. (UGÁ, 2004, p.58)

Diante desse cenário apontamos que as políticas educacionais propostas pelo BM também vão ao encontro do ideário de “alívio da pobreza”, da tentativa de diminuir o índice de desempregados, de promoção do assistencialismo e não de solucionar o real problema do desemprego estrutural, fruto da própria relação capital/trabalho.

É nessa perspectiva que encontramos a nova roupagem da Teoria do Capital Humano, formulada inicialmente por Theodore Schultz na década de 1970 e que hoje apresenta-se inserida nas denominadas Pedagogia das Competências e Pedagogia do Aprender a Aprender. Segundo Maia e Jimenez (2004), o modelo de compe-

tência adota o dinamismo “necessário a fazer frente a esse mundo em mudança, onde, conseqüentemente, o processo educacional passa a ser contínuo e flexível não mais estático e rígido.” (p.113).

Dentro desse novo contexto, dos quatro propagandeados pilares da educação que são: “Aprender a ser”, “aprender a conviver”, “aprender a conhecer” e “aprender a fazer” surge a idéia do quinto pilar o “aprender a empreender”. Esse novo pilar surge como forma de fazer dos indivíduos novos empreendedores, caracterizados como “*pró-ativos, inovadores, inventivos, flexíveis, com senso de oportunidade, com notável capacidade de provocar mudanças, etc.*” (COSTA, 2009, p.181). Os adjetivos propostos como determinante na formação do novo trabalhador, vêm sendo muito bem aceitos pela sociedade e a justificativa para tal acessibilidade é apontada por Acúrcio e Andrade (2005) como podemos observar na citação abaixo:

[...] nos atual momento histórico a organização social é marcada por problemas como o desemprego, a má distribuição de renda, a desigualdade de oportunidades e a violência, investir no empreendedorismo parece ser a melhor solução. Mais que um programa social, isso significa uma visão de mundo e de vida, um compromisso político de todo cidadão com a nação e o planeta (p.12)

Desse modo, retomamos ao debate da profissionalização do ensino, que vem se ampliando cada vez mais, pois a nova legislação permite aos jovens, na grande maioria filhos de trabalhadores, “poderem” cursar o ensino médio concomitante ao técnico, posterior a ele ou ainda de forma integrada, dentre esses a visão de “ensino integrado” é a mais aceita no âmbito acadêmico, principalmente em virtude do “inovador” projeto de ensino médio integrado ao profissional. Diferente dos demais debates sobre a profissionalização, acrescentamos que essa nova proposta além de está fundamentada nos princípios do “aprender a aprender”, apresenta-se com uma viés empreendedora.

A política de educação profissional do Ceará

No Estado do Ceará a partir do ano de 2008 o governo do Estado passou a implantar na Rede Básica de Ensino Estadual a criação de uma rede de escolas de ensino profissionalizante: as Escolas Estaduais de Educação Profissional (E.E.E.Ps) que pretendem incorporar o ensino em tempo integral.

Essa proposta visa qualificar o projeto das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, com o objetivo de preparar o jovem para enfrentar os problemas da vida cotidiana, através de uma formação global que dê conta das demandas e das transformações contínuas que passam a sociedade, a economia e o mundo do trabalho. (CEARÁ, [s.d] [s.p.])

Observamos que as principais justificativas para implantação desse Projeto de educação profissional integrado ao ensino médio no Ceará, além de se ajustar as orientações do Governo Federal, condiz em perfeita harmonia com as idéias educacionais elaboradas pelos Organismos Internacionais do Capital.⁶ Nesses documentos, destacamos que as justificativas apresentadas são: a) na ineficiência do sistema de ensino médio geral, que não prepara o jovem nem para o ingresso no ensino superior, nem para atuarem no mundo do trabalho;⁷ b) no grande percentual de jovens desempregados que, sem qualificação, são inseridos do mercado de trabalho, geralmente de forma precária e no emprego informal;⁸ e c) a necessidade de construção de um projeto de superação da dualidade entre a formação específica e a formação geral, que valorize a

⁶ Organização das Nações Unidas (ONU) através de alguns de seus principais organismos – UNESCO, UNICEF, PNUD e Banco Mundial (MAIA e JIMENEZ, 2004).

⁷ Essa primeira justificativa foi retirada do documento “Reforma da Educação Secundária: rumo à convergência entre a aquisição de conhecimento e o desenvolvimento de habilidade. – Brasília: UNESCO, 2008. 34 p.

⁸ A segunda justificativa foi retirada do documento “Ensino Médio e Educação Profissional: desafios da integração – 2”. Ed. – Brasília: UNESCO, 2010

pessoa humana e tenha como dimensões indissociáveis o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia.⁹

Segundo a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SE-DUC), a iniciativa do ensino médio integral visa não somente a formação de técnicos para atuar no mercado de trabalho, tendo em vista o grande investimento do governo do Estado no desenvolvimento econômico do Ceará através do chamado Projeto Estruturante;¹⁰ mas também é uma tentativa do governo de melhorar os índices educacionais do Estado, principalmente no ensino médio, que nos últimos anos vinha sofrendo um declínio.

No Ceará, o número desse tipo de instituições vem aumentando, e não apenas na capital, mas por todo o território do estado, visando abranger não somente os jovens que vivem nas demais regiões centrais, mas, principalmente aos arranjos produtivos locais, seja no setor agrícola, como no setor industrial, assim como na própria área do turismo. Como demonstra a tabela abaixo, apresentando o crescimento significativo do número de matrículas de jovens no ensino médio integrado a EP durante os anos de 2008 a 2013. (CEARÁ, SEDUC, 2013a).

⁹ A terceira justificativa está inserida tanto nos documentos anteriormente citados (notas 5 e 6) como também no documento Base do Ministério da Educação "Educação profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. – Brasília, 2007.

¹⁰ Segundo a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE) o Projeto Estruturante do Estado do Ceará seguiu as diretrizes nacionais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que busca um crescimento econômico do Brasil de forma acelerada e sustentada, com um grande investimento em infra estrutura, considerada por eles como um forte limitante no desenvolvimento do país. Os principais empreendimentos desse Projeto são: **Complexo Industrial e Portuário do Pecém, Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), Usina de Itataia, Cinturão Digital, Pólo de Saúde do Eusébio e a Transnordestina Ceará.**

Quadro 1 – Número de Matrículas do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino do Estado do Ceará

Ano	Médio	Integrado a EP	Normal	Total
2007	358.557	–	Não informado	358.577
2008	350.296	6.410	2.536	359.242
2009	350.612	11.415	4.333	366.360
2010	338.729	17.606	3.335	361.670
2011	335.739	23.952	2.042	361.733
2012	323.356	29.885	1.708	354.949
2013	312.612	35.981	1.129	349.722

Fonte: Censo Escolar/MEC/INEP/SEDUC (2014)

* O total se refere ao número de matrículas total do ensino médio ofertado pela rede estadual do Ceará

A diversidade de cursos disponibilizados também vem aumentando desde o ano de 2008, (ano de implantação das primeiras escolas de educação profissional). Naquele período eram ofertados apenas quatro tipos: Informática, Enfermagem, Turismo, Segurança do Trabalho, e ao longo dos anos outros cursos foram implantados, no ano de 2009 observamos a oferta de mais nove: Edificações; Comércio; Finanças; Produção de Moda; Estética; Massoterapia; Meio Ambiente; Aqüicultura; Agroindústria; e no ano de 2010 mais cinco cursos: Administração; Secretariado; Contabilidade; Hospedagem e Modelagem do Vestuário. Sendo que atualmente as escolas ofertam um total de 51 cursos técnicos de diferentes eixos da educação profissional. (CEARA SEDUC, 2013b)

A iniciativa cearense recebe recursos advindos do Programa “Brasil Profissionalizado”¹¹ que “*visa fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica.*” (BRASIL, MEC, 2013, s.p.). Através desse programa o governo federal repassa recursos para os estados investirem nas escolas técnicas. Para ganhar os recursos

¹¹ Programa criado no ano de 2007 que visa impulsionar a formação técnica. Segundo o MEC mais de 1,5 bilhões foram destinados a esse programa e até 2014, o programa conveniará recursos em torno de 1,8 bilhões aos estados e municípios que ofertam educação profissional no país.

desse programa os estados devem assinar o compromisso Todos pela Educação (Decreto nº 6.094/96).

A partir da apresentação da estrutura e do principal investimento da educação estadual consideramos importante esclarecer o papel que esse modelo de educação cumpre na transmissão da ideologia do capital. Diferente dos outros modelos de educação profissional, que visava inserir o trabalhador diretamente no seio da produção industrial voltada a uma visão taylorista/fordista; o novo projeto de educação profissional tem por base as idéias fundamentadas no Modelo de Gestão – Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE), fruto de uma experiência realizada no Estado de Pernambuco, que se baseia na Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO),¹² que se fundamenta em uma viés empreendedora, de tentativa de minimizar o desemprego, formando o trabalhador para criar seu próprio empreendimento.

As EEEPs são embasadas na “pedagogia da presença”, na qual o gestor monitora o processo com base no ciclo PDCA (planejar, executar, avaliar e refazer as ações). Segundo Xerez (2013) essas instituições objetivam realização de ações formativas com ênfase na tecnologia empresarial, empreendedorismo e na gestão, necessária na formação da mão-de-obra.

Segundo Santos a crítica que deve ser lançada a esse projeto diz respeito à visão empreendedora de formação da classe trabalhadora, que em nada visa à formação integral do ser humano, na realidade amplia a dualidade entre escola propedêutica e profissional e reafirma a visão da educação mercadológica:

Por meio da TESE/TEO, a escola é tratada nos moldes de uma empresa, na qual a clientela é representada pela comunidade; os gestores são os líderes nos moldes dos empresários; os chamados investidores sociais, são na verdade, os parceiros empresariais (p.8).

¹² A Tecnologia Empresarial Odebrecht provê os fundamentos éticos, morais e conceituais para a condução dos negócios e a atuação de todos os integrantes da empresa Odebrecht Engenharia e Construção S.A.

A guisa de concluir nossas análises compreendemos que as mudanças ocorridas no interior do Estado interfere diretamente na dinâmica educacional. O ideário neoliberal, proposto inicialmente por Hayek se fortalece no pós crise e hoje é predominante nos países, o que repercute diretamente nas próprias relações sociais.

O modelo de escola de Ensino Médio Integrado ao Profissional no Ceará vem ganhando forte adesão pelo executivo do Estado, observado na criação de um grande número de instituições. Consideramos que a educação profissional atual está sendo o modelo aclamado pela sociedade capitalista para suportar as suas próprias contradições, principalmente nessa nova conjuntura neoliberal.

Referências bibliográficas

ACÚRCIO, Marina R. B.; ANDRADE, Rosamaria C. de (Org.). **O empreendedorismo na escola**. Porto Alegre/Belo Horizonte: Artmed/Rede Pitágoras, 2005.

AFONSO, Almerindo Janela. **Reforma do Estado e políticas educacionais**: entre a crise do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional. Revista Educação e Sociedade, ano XXII, nº75, agosto, 2001.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

BOITO Jr. Armando. Hegemonia Neoliberal e sindicalismo no Brasil. Crítica Marxista, Vol. 1 nº 03, São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Brasil Profissionalizado**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12325&Itemid=663 Acesso em: 06/07/2013

CEARA, SEDUC. **Coordenadoria de Educação Profissional**

RELAÇÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. Disponível em: <http://www.seduc.ce.gov.br/images/EEEP/>

relacao_escolas_estaduais_educacao_profissional_2013.pdf Acesso em: 06/07/2013a.

CEARA. Governo do Estado do Ceará. Secretaria de Educação Básica. **Educação profissional. Fortaleza. Disponível em:** <http://portal.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=163&Itemid=260> Acesso em: 10.07.2014.

COGGIOLA, Osvaldo. **Universidade e ciência na crise global**. São Paulo: Xamã, 2001.

COSTA, Sylvio de Sousa Gadelha. **Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo**. Revista Educação & Realidade. p.171-186, 2009.

FRIEDMAN, Milton e FRIEDMAN, Rose. **Liberdade de Escolher**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

HAYEK, Friederich. O caminho da servidão. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.

INSTITUTO DE CO-RESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO (ICE). **Modelo de Gestão – Tecnologia Empresarial Socioeducacional (Tese):** uma nova escola para a Juventude Brasileira (escolas de ensino médio em tempo integral). PDF.

LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização:** a educação do Banco Mundial para “alívio da pobreza”. Tese de Doutorado, São Paulo, 1998.

LÊNIN. Vladimir I. **O Estado e a Revolução**. Lisboa: Editorial Avante – Edições Progresso, 1983.

MAIA, Osterne & JIMENEZ, Susana Vasconcelos. A chave do saber: um exame crítico do novo paradigma educacional concebido pela ONU. IN: JIMENEZ, Susana Vasconcelos & RABELO, Jackline. (Orgs.). **Trabalho, Educação e Luta de Classes:** A pesquisa em defesa da história. Fortaleza: Editora Brasil Tropical, 2004, p. 105 – 124.

MARX, Karl e ENGELS, Frederich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Claret, 2002.

NEVES, Lúcia M. W, FERNANDES. Romildo R. Política neoliberal e educação superior. In: NEVES, Lucia Maria W. (org.) **O Empresariamento da educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

UGÁ, Vivian Domínguez. **A categoria “Pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial**. Revista Sociologia Política, Curitiba, 23, p.55-62, Nov.2004.

XEREZ, Antônia Solange Pinheiro. **Educação profissional no Ceará**: Políticas e práticas na efetivação dos centros vocacionais técnicos em cenários de reforma (1990-2010). Tese de Doutorado, São Paulo, 2013.